



**ORDEM  
DO CARMO**

**\* 1736 \***

**VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DE NOSSA SENHORA DO CARMO**

**Relatório e Contas | 2019**



## CONTEÚDO

Relatório de Gestão	5
Balanço	11
Demonstração dos Resultados por Naturezas	12
Demonstração de Alterações nos Fundos Patrimoniais	13
Demonstração de Fluxos de Caixa	15
Anexo às Demonstrações Financeiras	16

**INDICE**

RELATÓRIO DE GESTÃO.....	5
BALANÇO .....	11
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS .....	12
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS.....	13
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA.....	15
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	16
1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE.....	16
2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	17
2.1. Bases de Apresentação .....	17
2.2. Derrogação das disposições da NCRF-ESNL.....	17
2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras.....	18
3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS.....	18
3.1. Bases de Apresentação .....	18
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração .....	20
4. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS ...	27
5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS.....	27
6. ATIVOS INTANGÍVEIS.....	30
7. FINANCIAMENTOS OBTIDOS.....	30
8. INVENTÁRIOS .....	31
9. RÉDITO .....	31
10. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES, ATIVOS CONTINGENTES E GARANTIAS.....	32
11. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO.....	32
12. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO .....	33
13. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS.....	33
14. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS.....	34
15. OUTRAS INFORMAÇÕES .....	34
15.1. Investimentos Financeiros.....	34



ORDEM  
DO CARMO  
\* 1736 \*

Página 4

15.2.	Clientes e Utentes .....	35
15.3.	Créditos a Receber .....	36
15.4.	Diferimentos .....	37
15.5.	Outros ativos correntes .....	37
15.6.	Caixa e Depósitos Bancários .....	38
15.7.	Fundos Patrimoniais.....	38
15.8.	Provisões.....	39
15.9.	Fornecedores .....	40
15.10.	Estado e Outros Entes Públicos.....	40
15.11.	Outros Passivos Correntes.....	41
15.12.	Subsídios, Doações e Legados à Exploração .....	41
15.13.	Fornecimentos e serviços externos.....	42
15.14.	Outros rendimentos .....	42
15.15.	Outros gastos .....	43
15.16.	Resultados Financeiros.....	43
16.	APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	43
17.	EVENTOS SUBSEQUENTES .....	44
18.	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS .....	45

**Exmas. Irmãs e Exmos. Irmãos da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo**

Nos termos das disposições Estatutárias, temos a honra de submeter à Vossa apreciação o Relatório de Gestão e Contas relativo ao período de 31 de dezembro de 2019.

**RELATÓRIO DE GESTÃO**

Pretende-se, com o presente Relatório, dar conhecimento, a todos os Irmãos e às Entidades com quem esta Instituição se relaciona no seu dia-a-dia, dos factos e ocorrências mais relevantes que se verificaram no decurso deste exercício respeitante à atividade socioeconómica da **Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo**, no exercício de 2019.

**1. ANÁLISE DA CONJUNTURA ECONÓMICA**

**ECONOMIA INTERNACIONAL<sup>1</sup>**

A economia mundial encontra-se numa desaceleração sincronizada, apresentando o ritmo de crescimento mais lento desde a crise financeira mundial. O crescimento global em 2019 foi de cerca de 2,9% (3,7% em 2018) e, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), estima-se que a economia global deva crescer 3,3% em 2020 e 3,4% em 2021, valores estes revistos em baixa devido a surpresas negativas na atividade económica de algumas economias emergentes.

O crescimento mundial continua a ser enfraquecido pelo aumento das barreiras comerciais, e a incerteza a ele associada, bem como a tensões geopolíticas. Outras pressões surgiram de debilidades nacionais específicas nas grandes economias de mercados emergentes (como o Brasil, Índia, México e Rússia), do agravamento das tensões macroeconómicas relacionadas com condições financeiras mais restritivas (Argentina), tensões geopolíticas (Irão), perturbações sociais (Iémen, Líbia, Venezuela), bem como por forças estruturais, como o baixo crescimento da produtividade e o envelhecimento demográfico nas economias avançadas.

Com o aumento da incerteza em torno da conjuntura económica, as empresas adotaram uma postura mais cautelosa em relação aos gastos de longo prazo, e as compras mundiais de máquinas e equipamentos desaceleraram. A procura das famílias por bens duradouros também enfraqueceu.

---

<sup>1</sup> Fonte: Fundo Monetário Internacional (FMI) e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE)

Se a economia não abrandou ainda mais em 2019, isso ficou a dever-se a dois 'motores' de crescimento: a resiliência do sector de serviços à escala mundial e as políticas expansionistas por parte dos bancos centrais, nomeadamente dos mais importantes (EUA, China, Zona Euro e Japão).

Para dar um novo fôlego ao crescimento, as autoridades económicas precisam de remover as barreiras comerciais por meio de acordos duradouros, conter as tensões geopolíticas e reduzir a incerteza em torno das políticas internas.

No entanto, o surto do novo coronavírus, iniciado na China, mas em rápida disseminação por um número crescente de países, representa um choque negativo de grandes proporções sobre a economia mundial.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), já equacionando o pior cenário, reviu as previsões económicas para metade do crescimento da economia mundial em 2020, situando-o em 1,5%, o que pode levar à recessão de economias como a europeia e a japonesa.

Segundo o secretário-geral da OCDE, a pandemia da COVID-19 é o terceiro choque económico, financeiro e social do século XXI, depois dos atentados do 11 de Setembro de 2001, nos Estados Unidos, e da crise financeira global de 2008.

Como consequências dos efeitos da COVID-19, salienta-se a suspensão da produção nos países afetados, com repercussões nas cadeias mundiais de abastecimento, e uma forte quebra no consumo. As medidas restritivas adotadas pelos países, apesar de essenciais para travar a propagação da pandemia, estão a levar as economias a "um estado de congelação profunda sem precedentes e do qual a recuperação não será direta nem automática".

É prioritário um esforço coordenado dos governos e bancos centrais contra a "grande crise económica", que continuará quando passarem os efeitos da crise sanitária.

## ENQUADRAMENTO PORTUGAL<sup>2</sup>

A economia portuguesa não conseguiu evitar o impacto do abrandamento internacional que se verificou em 2019. Após ter crescido 2,4% em 2018, em 2019 verificamos um ligeiro decréscimo com a economia a crescer 2,0%. As projeções do Banco de Portugal apontam para o seguimento da trajetória de desaceleração, o PIB deverá abrandar para 1,7% em 2020, 1,6% em 2021 e 2022.

Todos os indicadores desaceleraram em 2019, exceto o investimento. A procura interna foi o principal impulsionador do crescimento económico apesar do aumento da incerteza sobre as condições externas e tensões comerciais, os indicadores de confiança para os serviços, consumidores e construção estabilizaram, indicando alguma resiliência em relação a desenvolvimentos externos negativos.

As exportações, que eram um dos principais motores de crescimento em Portugal, mostraram uma deterioração significativa do seu desempenho. Tal deveu-se ao facto de as economias que constituem os principais mercados para as empresas exportadoras portuguesas, como a Espanha ou a Alemanha, estarem a registar uma forte desaceleração.

Em relação ao emprego, este continuará a seguir uma tendência crescente, embora a um ritmo progressivamente menor face aos anos anteriores, verificando-se uma descida gradual da taxa de desemprego, que em 2019 apresentou um valor que é o mais baixo desde 2003 e inferior ao seu nível tendencial.

A taxa de inflação verificou também uma diminuição significativa em 2019, de 1,2% em 2018 para 0,3% em 2019, esperando-se um aumento gradual nos próximos anos. A redução da inflação em 2019 reflete, em grande medida, a evolução do preço dos bens energéticos que esteve em linha com a redução do preço do petróleo, mas também uma desaceleração dos preços da componente não energética.

O Banco de Portugal identifica quatro grandes riscos para a evolução da economia portuguesa nos próximos anos. Em primeiro lugar, a possibilidade de uma desaceleração mais acentuada da atividade económica nos principais mercados para as exportações portuguesas. Depois, com efeito

---

<sup>2</sup> Fonte: Banco de Portugal

negativo também nas exportações, o banco teme um cenário de intensificação das tendências protecionistas no comércio internacional. A possibilidade de uma saída do Reino Unido da União Europeia sem acordo, constitui uma ameaça adicional, havendo também a possibilidade de, em diversos pontos do planeta, se assistir a um agravamento das tensões geopolíticas.

## 2. ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE

Este relatório tem como finalidade dar conhecimento a todos os Irmãos e Entidades com quem a Ordem do Carmo se relaciona, dos factos e acontecimentos mais relevantes que se verificaram no decorrer deste exercício no que se refere à atividade socioeconómica no ano de 2019.

Destacamos a seguir as principais atividades desenvolvidas pela Mesa Administrativa no decurso de 2019:

- ERPI – Concluídos os trabalhos no 1º piso em 2018, as novas vagas dos quartos da residência foram preenchidas no início de 2019, pagando os novos residentes, em mensalidades, a sua estadia, daí resultando uma receita regular acrescida para a Ordem.
- Circuito Turístico – O Circuito turístico passou a incluir novas salas, a sala dos Paramentos, Sala dos Hábitos, Sala do Senhor dos Passos, bem como uma loja de vendas de artigos relacionados com a Ordem do Carmo. O circuito passou a ser mais apelativo, o número de visitantes aumentou consideravelmente em 2019, bem como a respetiva receita.
- Cemitério – Implementou-se um serviço de limpeza regular em todo o cemitério, tornando-o um espaço muito mais cuidado. A venda de concessões de Jazigos atingiu valores apreciáveis em 2019, sendo agora uma das fontes de receita importante da Ordem.
- Visita da C.M.Porto – Em julho de 2019 uma delegação da C.M.P. encabeçada pelo Presidente e incluindo dois vereadores visitou a Ordem do Carmo tecendo comentários elogiosos à obra de recuperação que está a ser levada a efeito pela atual Mesa Administrativa.

Agradecemos aos nossos colaboradores todo o empenho e esforços demonstrados para que se consiga atingir o equilíbrio financeiro da Ordem do Carmo, verificando-se que os resultados de 2019 apresentam já uma considerável melhoria em relação ao ano anterior.

Com o contributo de todos, a Ordem do Carmo vai recuperando gradualmente da situação difícil em que se encontrava e acreditamos que está no caminho certo para voltar, num futuro próximo, ao lugar a que tem merecimento na cidade do Porto.

### 3. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Para além do a seguir divulgado não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do exercício, nomeadamente situações ambientais e laborais que possam pôr em causa a atividade futura da empresa.

As previsões da Ordem do Carmo para o desenvolvimento da sua atividade económica no ano de 2020 sofreram uma alteração significativa e imprevista no início do ano, sendo expectável uma redução preocupante do seu volume de negócios em resultado do surgimento da pandemia causada pelo vírus Covid-19 que começou a atingir Portugal no final do 1º trimestre de 2020 e que levou à declaração por parte do governo do Estado de Emergência Pública. Como consequência foi determinado o fecho das fronteiras, com interrupção súbita do turismo e o encerramento do comércio de bens não essenciais bem como o confinamento da população portuguesas em suas residências sendo apenas permitida deslocação para compras de bens essenciais ou devidamente justificadas.

Esta situação provocou um impacto profundo na economia do país a que a Ordem do Carmo não ficou imune, acarretando uma forte quebra nas suas receitas, sobretudo em duas das suas principais áreas de negócio, o Circuito Turístico e o Arrendamento de Imóveis, em particular as suas lojas comerciais que estiveram encerradas durante um longo período de tempo.

Receamos que esta quebra da atividade económica da Ordem do Carmo só iniciará a sua recuperação depois do Verão e estará muito dependente do regresso do turismo à cidade e da retoma económica do país.

### 4. DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E AO CENTRO REGIONAL E SEGURANÇA SOCIAL

Em 31 de Dezembro de 2019, a Ordem do Carmo não tinha quaisquer dívidas nem à Administração Fiscal nem à Segurança Social.

## 5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Mesa Administrativa propõe que o resultado líquido negativo de 253.878,61 euros (Duzentos e Cinquenta e Três Mil e Oitocentos e Setenta e Oito Euros e Sessenta e Um Cêntimos) seja transferido na sua totalidade para a rubrica de Resultados Transitados.

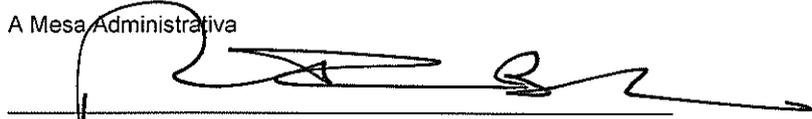
## 6. AGRADECIMENTOS

A todos os colaboradores, funcionários, pessoal de enfermagem e demais fornecedores e prestadores de serviços da Ordem do Carmo que em tempos de tanta angústia, de tanta carência e de tanto sacrifício permaneceram fiéis ao serviço dos mais carenciados, dos mais dependentes, dos que mais sofrem, a Mesa Administrativa deixa bem expresso o seu reconhecimento, o seu respeito, o seu afeto que mais não são do que o justo reconhecimento, respeito e afeto da Venerável Instituição que somos chamados a servir.

Aos Irmãos e à Mesa da Assembleia Geral apresentamos os nossos melhores cumprimentos e agradecemos o apoio e colaboração prestada.

Porto, 20 de abril de 2020

A Mesa Administrativa



Provedor - Rui Manuel Teixeira de Oliveira Barbosa

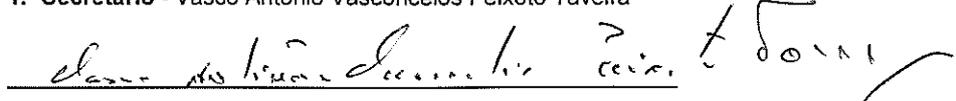


Vice-Provedor - João Ruy Ribas dos Santos

Tesoureira - Maria Gabriela Guimarães Gaifem Ramos



1.º Secretário - Vasco António Vasconcelos Peixoto Taveira



2.º Secretário - Francisco Bernardo Almada Lobo

**BALANÇO**

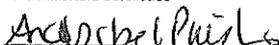
**VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DE NOSSA SENHORA DO CARMO  
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

(valores em Euro)

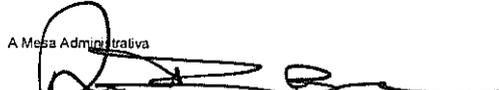
RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2019	2018
<b>ATIVO</b>			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	8 667 667,62	8 788 976,66
Ativos intangíveis	6	754,74	1 827,71
Investimentos financeiros	15.1	2 889,11	1 898,24
		<b>8 671 311,47</b>	<b>8 792 702,61</b>
Ativo corrente			
Inventários	8	2 411,29	0,00
Clientes	15.2	254 894,13	257 351,74
Estado e outros Entes Públicos	14; 15.10	4 985,73	35 556,77
Créditos a receber	15.3	73 642,91	136 700,56
Diferimentos	15.4	514,02	0,00
Outros ativos correntes	15.5	5 017,85	5 017,85
Caixa e depósitos bancários	15.6	294 541,43	459 766,77
		<b>636 007,36</b>	<b>894 393,69</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>9 307 318,83</b>	<b>9 687 096,30</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos	15.7	719 946,63	719 946,63
Reservas	15.7	243 502,52	243 502,52
Resultados transitados	15.7	-9 809 230,59	-9 274 743,44
Excedentes de revalorização	15.7	13 397 560,27	13 448 481,82
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	15.7	818 446,63	818 446,63
Resultado Líquido do período	15.7	-253 878,61	-585 408,70
<b>Total do fundo do capital</b>		<b>5 116 346,85</b>	<b>5 370 225,46</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	10; 15.8	0,00	30 000,00
Fornecedores	15.9	587 752,27	645 421,94
Outros passivos correntes	15.11	748 390,13	815 963,70
		<b>1 336 142,40</b>	<b>1 491 405,64</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	15.9	206 062,67	179 633,35
Estado e outros Entes Públicos	14; 15.10	31 091,79	16 799,85
Financiamentos obtidos	7	0,00	0,00
Diferimentos	15.4	1 657 829,10	1 729 058,45
Outros passivos correntes	15.11	959 846,02	899 973,55
		<b>2 854 829,58</b>	<b>2 825 465,20</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>4 190 971,98</b>	<b>4 316 870,84</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>9 307 318,83</b>	<b>9 687 096,30</b>

Porto, 20 de abril de 2020

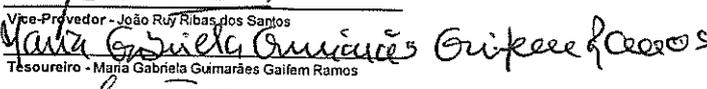
O Contabilista Certificado

  
Dra. Ana Isabel Pinha

A Mesa Administrativa

  
Provedor - Rui Manuel Teixeira de Oliveira Barbosa

Vice-Provedor - João Rui Ribas dos Santos

  
Têsoureiro - Maria Gabriela Guimarães Gaifem Ramos

1.º Secretário - Vasco António Vasconcelos Peixoto Taveira

2.º Secretário - Francisco Bernardo Almada Lobo

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**

VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DE NOSSA SENHORA DO CARMO  
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(valores em Euro)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados	9	879 018,21	400 939,21
Subsídios, doações e legados à exploração	15.12	53 187,60	104 711,67
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-18 535,15	-11 968,08
Fornecimentos e serviços externos	15.13	-553 112,43	-504 073,40
Gastos com o pessoal	13	-746 128,24	-648 958,22
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	15.2; 15.3	0,00	-90 773,18
Provisões (aumentos/reduções)	10	30 000,00	-30 000,00
Aumentos/reduções de justo valor	15.5	0,00	34,89
Outras Imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Outros rendimentos	15.14	336 077,33	534 970,53
Outros gastos	15.15	-44 442,88	-153 455,82
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>-63 935,56</b>	<b>-398 572,40</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5; 6	-189 943,05	-186 836,30
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>-253 878,61</b>	<b>-585 408,70</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	15.16	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	15.16	0,00	0,00
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>-253 878,61</b>	<b>-585 408,70</b>
Imposto sobre o rendimento do período	11	0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-253 878,61</b>	<b>-585 408,70</b>

Porto, 20 de abril de 2020

O Contabilista Certificado

Dra. Ana Isabel Prista

A Mesa Administrativa

Provedor - Rui Manuel Teixeira de Oliveira Barbosa

Vice-Provedor - João Ruy Ribas dos Santos

Tesoureiro - Maria Gabriela Guimarães Gaifem Ramos

1.º Secretário - Vasco António Vasconcelos Peixoto Taveira

2.º Secretário - Francisco Bernardo Almada Lobo



ORDEN  
DO CARMO  
\* 1736 \*

### DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS

VENERÁVEL ORDEN TERCERA NOSSA SENHORA DO CARMO  
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2018

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade						Total	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Reservas	Reservas Transferidas	Excluídas de revalorização	Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período		
6	6	719 946,63	243 502,52	-8 134 763,75	13 638 275,31	818 446,63	-1 225 393,06	6 058 014,28	6 058 014,28
AL TER AÇÕES NO PERÍODO									
Aplicação de resultados		0,00	0,00	-1 225 393,06	0,00	0,00	1 225 393,06	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis		0,00	0,00	187 793,48	-187 793,48	0,00	0,00	0,00	0,00
7	7	0,00	0,00	-1 139 979,69	-187 793,48	0,00	1 225 393,06	-102 380,12	-102 380,12
8	8								
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO									
9=7+8	9=7+8								
RESULTADO EXTENSIVO									
OPER AÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO									
Curas operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6+7+8+10	6+7+8+10	719 946,63	243 502,52	-9 274 743,44	13 448 481,83	818 446,63	-585 408,70	5 370 225,46	5 370 225,46

Porto, 20 de abril de 2020

O Contabilista Certificado  
Dra. Ana Isabel Prista

A Mesa Administrativa  
Prelder - Rui Manuel Teixeira de Oliveira Barbosa  
Vice-Prelder - João Rui Ribeiro dos Santos  
Treasureiro - Maja Gabriela Guimarães Galém Ramôis  
1.º Secretário - Vasco António Vasconcelos Pinheiro Taveira  
2.º Secretário - Francisco Bernardo Almeida Lobo

Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, IPSS | Registro nº 59/93 como IPSS das Associações de SS | NIPC 500746974  
Praça Carlos Alberto, Nº 1/4 - 4050 - 157 Porto (+351) 222 078 400 | info@ordemdocarmo.pt | www.ordemdocarmo.pt



VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA NOSSA SENHORA DO CARMO  
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2019

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fontes	Reservas	Resultados Transladados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / Outras variações nos Fundos Patrimoniais		Resultado líquido do período
6	6	719 946,63	243 502,52	-9 274 743,44	13 448 481,83	818 446,63	-585 408,70	5 370 225,46
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Aplicação de resultados		0,00	0,00	-585 408,70	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis		0,00	0,00	50 921,55	-50 921,55	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		0,00	0,00	818 446,63	-818 446,63	0,00	0,00	0,00
7	7	0,00	0,00	283 959,48	-869 368,18	0,00	585 408,70	0,00
8	8						-253 878,61	-253 878,61
9=7+8	9=7+8						331 530,09	-253 878,61
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6+7+8+10	6+7+8+10	719 946,63	243 502,52	-9 990 783,96	12 579 113,65	818 446,63	-253 878,61	5 116 346,85

Porto, 20 de abril de 2020

O Contabilista Certificado

*Isabel Prista*  
Dra. Isabel Prista

A Mesa Administrativa

Provedor - Ju Manuel Teixeira de Oliveira Barbosa

Vice-Provedor - João Rui Dias dos Santos

*Manuela Gonçalves*  
Reserveiro - Maria Gabriela Gonçalves Galileu Ramos

1.º Secretário - Vasco António Vasconcelos Peixoto Taveira

2.º Secretário - Francisco Bernardo Almada Lobo

**DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA**

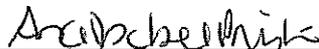
**VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA NOSSA SENHORA DO CARMO  
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

(valores em Euro)

RUBRICAS	NOTAS	Períodos	
		2019	2018
<b>Fluxos de caixa das atividade operacionais - método direto</b>			
Recebimentos de clientes e utentes		881 475,82	813 530,50
Recebimentos de subsídios, doações e legados			
Pagamento a fornecedores		-604 814,44	-539 325,31
Pagamentos ao pessoal		-709 123,85	-675 645,13
Caixa gerada pelas operações		-432 462,47	-401 439,94
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		8 238,93	16 113,41
Outros recebimentos/pagamentos		80 640,53	15 451,09
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-343 583,01	-369 875,44
<b>Fluxos de caixa das atividade de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		-1 131,22	0,00
Investimentos financeiros		-1 065,33	-650,76
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis		182 036,92	293 851,36
Outros ativos		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		138,01	999,04
Fluxos de caixa das atividade de investimento (2)		179 978,38	294 199,64
<b>Fluxos de caixa das atividade de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		0,00	-22,46
Juros e gastos similares		-1 620,71	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividade de financiamento (3)		-1 620,71	-22,46
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>			
		-165 225,34	-75 698,26
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		459 766,77	535 465,03
Caixa e seus equivalentes no fim do período	15.6	294 541,43	459 766,77

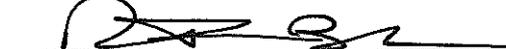
Porto, 20 de abril de 2020

O Contabilista Certificado



Dra. Ana Isabel Prista

A Mesa Administrativa



Provedor - Rui Manuel Teixeira de Oliveira Barbosa



Vice-Provedor - João Ruy Ribas dos Santos



Tesoureiro - Maria Gabriela Guimaraes Gaifem Ramos

1.º Secretário - Vasco António Vasconcelos Peixoto Taveira

2.º Secretário - Francisco Bernardo Almada Lobo



## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

#### Designação da entidade

Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo

#### Sede Social

Praça de Carlos de Alberto, n.º 32, 4099-004 Porto

#### Natureza da atividade

A Venerável Ordem Terceira do Carmo foi instituída no Porto a 13 de julho de 1736. Uma vez erguida a Igreja ainda no século XVIII viria a surgir o seu Hospital com o ruir do século seguinte (1801).

Na sequência da alienação de parte do edifício sede da Ordem do Carmo ocorrida em fevereiro de 2016, procedeu a uma reestruturação da atividade económica da Instituição.

Assim, podemos sistematizar as atuais valências da Ordem do Carmo discriminam-se, como segue:

- 1. Igreja:** Contempla a Igreja do Carmo que é um Templo Majestoso, de rara beleza no estilo Barroco-Rococó. O seu interior, de uma nave só, é cheio de harmonia e enlevo, sendo uma autêntica oração em arte e beleza. A Igreja do Carmo e o serviço de culto religioso desde sempre mereceram um acompanhamento atento por parte da Mesa Administrativa que sempre procurou preservar a vocação religiosa da Instituição e a manutenção, conservação e disponibilidade do seu templo. Em Abril de 2018, inaugurou-se a primeira fase do Circuito turístico da Ordem do Carmo, abrangendo a Casa Estreita (Escondida), a Igreja e as Catacumbas onde se instalou a exposição permanente das Pratas da Ordem, que em Novembro e Dezembro de 2017 estiveram expostas no Museu Soares dos Reis.
- 2. Lares / Residência Permanente:** O sector dos "Lares / Residência Permanente" constitui o núcleo da função social e assistencial da Instituição, pois que é aí onde se concentra a realização máxima do seu objeto estatutário na componente de solidariedade, de apoio e de proteção dos Irmãos mais desprotegidos e carenciados. A Mesa Administrativa sempre teve presente, com muita preocupação, o apelo de quantos procuravam e pediam ajuda na

carência, presença no abandono, assistência na doença, alimentos na fome, companhia na solidão. Esta é a atividade principal presente desenvolvida pela Ordem do Carmo.

3. **Cemitério:** Localizado em Agramonte (desde 1874) é destinado exclusivamente para os Irmãos da Ordem, não podendo obter a cedência dos terrenos para sepulturas ou jazigos, senão os Irmãos Benéficos ou Beneficiados admitidos há mais de um ano. Na seção privativa da ordem, encontram-se alguns dos monumentos mais importantes existentes no Cemitério de Agramonte. Tem a Mesa Administrativa feito um grande esforço para garantir a manutenção do espaço do cemitério em condições de limpeza e de arranjo das áreas ajardinadas, reconhecendo, embora, a necessidade de uma maior intervenção ao nível da conservação dos jazigos e da capela que centraliza o culto no espaço sob gestão da Ordem.

É da opinião da Mesa Administrativa que estas Demonstrações Financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Instituição, relativas ao período de 01 de Janeiro de 2019 a 31 de Dezembro de 2019 bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa à data de 31 de Dezembro de 2019.

As notas que se seguem respeitam a numeração definida pelo Sistema de Normalização Contabilística.

## **2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

### **2.1. Bases de Apresentação**

Em 2019 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL).

### **2.2. Derrogação das disposições da NCRF-ESNL**

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pela NCRF-ESNL.

### 2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são diretamente comparáveis com o exercício anterior.

## 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

### 3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

#### 3.1.1. Continuidade

A Mesa Administrativa entende que na presente data o equilíbrio financeiro da Ordem do Carmo encontra-se fortemente condicionado pelo sucesso das medidas operacionais atualmente em curso, em concreto, o exercício da sua atividade de acolhimento e apoio a idosos.

#### 3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” (Notas 15.3 e 15.11) e “Diferimentos” (Nota 15.4).

#### 3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

#### **3.1.4. Materialidade e Agregação**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

#### **3.1.5. Compensação**

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

#### **3.1.6. Informação Comparativa**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

## 3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

### 3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

Os ativos fixos tangíveis, com exceção da rubrica de Edifícios e Outras Construções, encontram-se valorizados ao custo, deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. A rubrica de Edifícios e Outras Construções que foram alvo de reavaliação encontram-se registados ao justo valor.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil ou a capacidade produtiva dos ativos, são reconhecidos no custo do ativo. Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

DESCRIÇÃO	VIDA ÚTIL ESTIMADA (EM ANOS)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	3 a 50
Equipamento de transporte	4 a 10
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	5 a 10
Outros ativos fixos tangíveis	3 a 6

A Ordem do Carmo revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, e encontram-se espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

Em Maio de 2010, tomando como base o valor patrimonial tributário, a Ordem procedeu à reavaliação do seu Património Imobiliário (exceto Prédio sito na Rua Clemente Meneres, n.º 74/82 Porto, o qual foi reavaliado com base em relatório de um Perito Avaliador Independente). Os Investimentos em Imóveis doados à Ordem, só a partir do Exercício de 2010 passaram a ser relevados contabilisticamente. Estes Investimentos em Imóveis foram, em 2011, objeto de uma Reavaliação Independente, emitido pela CPU – Consultores de Avaliação, Lda. (Ver Nota 5. abaixo).

O Património Artístico não se encontra relevado contabilisticamente. Um relatório de um Perito Independente datado de 2011 estima que o valor deste património poderá ascender a cerca de 800.000 euros (Oitocentos mil Euros).

Com as alterações às Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), as propriedades de investimento (terrenos e edifícios) passaram a ser reconhecidas como ativos fixos tangíveis, a partir de 01 de janeiro de 2016.

### 3.2.2. Ativos Intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados ao custo histórico, assim como os gastos adicionais suportados pela sociedade, necessários à sua implementação.

Os gastos capitalizados são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada dos ativos.

As amortizações dos ativos intangíveis são calculadas pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal, sendo a sua vida útil estimada de 3 anos.

### 3.2.3. Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado (matérias-primas, Subsidiárias e de Consumos). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

### 3.2.4. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;

- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

#### **Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros**

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

#### **Clientes e Créditos a Receber**

Os "Clientes" e os "Créditos a Receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

### **Outros ativos e passivos financeiros**

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período. Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

### **Caixa e Depósitos Bancários**

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

### **Fornecedores e outros Passivos Correntes**

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outros passivos correntes" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

### **3.2.5. Fundos Patrimoniais**

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

### **3.2.6. Provisões**

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data. Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

### **3.2.7. Financiamentos Obtidos**

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda.

A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso ou venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

### **3.2.8. Estado e Outros Entes Públicos**

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;

- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2016 a 2019 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

#### 4. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

#### 5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2018 e 2019, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2018							
	Saldo em 01-Jan-2018	Aquisições / Dotações	Alienação	Abatas	Transferências	Imparidade Acumulada	Saldo em 31-Dez-2018
<b>Custo</b>							
Terrenos e recursos naturais	1 595 131,94	0,00	-53 250,00	0,00	0,00	0,00	1 541 881,94
Edifícios e outras construções	9 500 666,69	339 348,84	-163 010,20	-442 851,66	0,00	0,00	9 234 173,87
Equipamento básico	485 228,40	0,00	0,00	-332 707,90	0,00	0,00	152 520,50
Equipamento de transporte	6 468,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6 468,16
Equipamento administrativo	1 201 210,88	3 100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 204 310,88
Outros ativos fixos tangíveis	7 676,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7 676,45
Ativos fixos tangíveis em curso	58 564,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58 564,00
<b>Total (1)</b>	<b>12 854 966,70</b>	<b>342 448,84</b>	<b>-216 260,20</b>	<b>-775 559,56</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>12 205 595,78</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>							
Edifícios e outras construções	2 236 878,32	162 755,20	-26 081,64	-340 471,43	0,00	0,00	2 053 080,45
Equipamento básico	480 942,40	714,00	0,00	-332 707,90	0,00	0,00	148 948,50
Equipamento de transporte	6 468,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6 468,16
Equipamento administrativo	1 198 905,60	1 539,95	0,00	0,00	0,00	0,00	1 200 445,56
Outros ativos fixos tangíveis	7 676,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7 676,45
<b>Total (2)</b>	<b>3 930 870,94</b>	<b>185 009,15</b>	<b>-26 081,64</b>	<b>-673 179,33</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3 416 619,12</b>
<b>Total (1)-(2)</b>	<b>8 924 095,76</b>	<b>157 439,69</b>	<b>-190 178,56</b>	<b>-102 380,23</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8 788 976,66</b>

31 de Dezembro de 2019							
	Saldo em 01-Jan-2019	Aquisições / Dotações	Alienação	Abates	Transferências	Imparidade Acumulada	Saldo em 31-Dez-2019
<b>Custo</b>							
Terrenos e recursos naturais	1 541 881,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 541 881,94
Edifícios e outras construções	9 234 173,87	19 303,95	0,00	0,00	0,00	0,00	9 253 477,82
Equipamento básico	152 520,50	41 870,87	0,00	0,00	0,00	0,00	194 391,37
Equipamento de transporte	6 468,16	5 255,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11 723,16
Equipamento administrativo	1 204 310,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 204 310,86
Outros ativos fixos tangíveis	7 676,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7 676,45
Ativos fixos tangíveis em curso	58 564,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58 564,00
<b>Total (1)</b>	<b>12 205 595,78</b>	<b>66 429,82</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>12 272 025,60</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>							
Edifícios e outras construções	2 053 080,45	179 508,34	0,00	0,00	0,00	0,00	2 232 588,79
Equipamento básico	148 948,50	5 815,09	0,00	0,00	0,00	0,00	154 763,59
Equipamento de transporte	6 468,16	875,48	0,00	0,00	0,00	0,00	7 343,64
Equipamento administrativo	1 200 445,56	1 539,95	0,00	0,00	0,00	0,00	1 201 985,51
Outros ativos fixos tangíveis	7 676,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7 676,45
<b>Total (2)</b>	<b>3 416 619,12</b>	<b>187 738,86</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3 604 357,98</b>
<b>Total (1)-(2)</b>	<b>8 788 976,66</b>	<b>-121 309,04</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8 667 667,62</b>

Os montantes incluídos na rubrica de alienações, em 2018, detalham-se como se segue:

ALIENAÇÕES 2018	Valor de Aquisição	Valor Contabilístico	Depreciações Acumuladas	Valor de Venda	Mais/Menos Válida
<b>TERRENOS E RECURSOS NATURAIS</b>					
Rua Capitão Pombeiro, nº 29 a 31	7 281,20	10 450,00	0,00	28 750,00	18 300,00
Rua da Constituição, nº 1040	8 125,34	42 800,00	0,00	82 500,00	39 700,00
Sub-Total	15 406,54	53 250,00	0,00	111 250,00	58 000,00
<b>EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES</b>					
Rua Capitão Pombeiro, nº 29 a 31	21 843,60	31 989,79	5 118,37	86 250,00	59 378,58
Rua da Constituição, nº 1040	24 376,01	131 020,41	20 963,27	247 500,00	137 442,86
Sub-Total	46 219,61	163 010,20	26 081,64	333 750,00	196 821,44
<b>Total</b>	<b>61 626,15</b>	<b>216 260,20</b>	<b>26 081,64</b>	<b>445 000,00</b>	<b>254 821,44</b> (a)

(a) Ver notas 15.14 e 15.15

No exercício de 2019, não existiram alienações de Ativos Fixos Tangíveis.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as rubricas de Terrenos e Edifícios detalham-se como segue:

INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS	ANO AQUISIÇÃO	CÓDIGO	31.12.2019	31.12.2018
<b>TERRENOS E RECURSOS NATURAIS</b>				
Praça Carlos Alberto 9/16 - Art 367.º	2010	3537	97 080,00	97 080,00
Praça Carlos Alberto 39/44 - Art 376.º	2010	3531	76 080,00	76 080,00
Praça Carlos Alberto, 27 - Art 371.º	2010	3525	54 070,00	54 070,00
Praça Carlos Alberto, 29/31 - A - Art 373.º	2010	3511	39 580,00	39 580,00
Rua Conde de Avranches, 519/535, R/C	2010	3549	95 925,00	95 925,00
Rua Guerra Junqueiro, 71 - Art 2134	2010	3595	86 000,00	86 000,00
Rua Guerra Junqueiro, 57 - Art 2135	2010	3593	83 325,00	83 325,00
Cemitério	2011		319 418,75	319 418,75
Outros			690 403,19	690 403,19
<b>Total Ativos Fixos Tangíveis - Terrenos (1)</b>			<b>1 541 881,94</b>	<b>1 541 881,94</b>
<b>EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES</b>				
Praça Carlos Alberto 29/31 - Art 373	2010	3512	96 930,61	99 353,88
Praça Carlos Alberto 1/4 - Art 364	2010	3514	78 097,96	80 050,41
Praça Carlos Alberto, 27 - Art 371.º	2010	3526	132 416,31	135 726,71
Praça Carlos Alberto 39/44 - Art 376	2010	3532	186 318,36	190 976,32
Praça Carlos Alberto 9/16 - Art 367	2010	3538	237 746,94	243 690,61
Edifício Hospital do Carmo - Praça Carlos Alberto, 32 - Art.º 3631	2010		1 259 323,95	1 290 807,04
Edifício de igreja do Carmo - Praça Carlos Alberto - Art.º 363	2010		491 102,04	503 379,59
Rua Conde de Avranches, 519/535, R/C	2010	3550	234 918,35	240 791,31
Rua Guerra Junqueiro, 57 - Art 2135	2010	3594	204 061,22	209 162,75
Rua Guerra Junqueiro, 71 - Art 2134	2010	3596	204 061,22	215 877,55
Cemitério	2011		785 770,13	804 935,25
Outros			3 110 141,93	3 166 341,97
<b>Total Ativos Fixos Tangíveis - Edifícios (2)</b>			<b>7 020 889,03</b>	<b>7 181 093,42</b>
<b>Total Ativos Fixos Tangíveis (1)+ (2)</b>			<b>8 562 770,96</b>	<b>8 722 975,36</b>

Os Edifícios e Outras Construções, conforme referido na nota 3.2.1, foram objeto de reavaliação independente, em 2010 e 2011. Estes bens com a transição para a norma do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) foram considerados como custo, estando em 31 de dezembro de 2019 e 2018 ao custo.

## 6. ATIVOS INTANGÍVEIS

Relativamente aos Ativos Intangíveis, os movimentos ocorridos, no período de 2018 e 2019, foram os seguintes:

31 de Dezembro de 2018				
	Saldo em 01-Jan-2018	Aquisições / Dotações	Abates	Saldo em 31-Dez-2018
<b>Custo</b>				
Programas de computador	9 373,73	0,00	0,00	9 373,73
<b>Total (1)</b>	<b>9 373,73</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>9 373,73</b>
<b>Amortizações acumuladas</b>				
Programas de computador	5 718,87	1 827,15	0,00	7 546,02
<b>Total (2)</b>	<b>5 718,87</b>	<b>1 827,15</b>	<b>0,00</b>	<b>7 546,02</b>
<b>Total (1)-(2)</b>	<b>3 654,86</b>	<b>-1 827,15</b>	<b>0,00</b>	<b>1 827,71</b>

31 de Dezembro de 2019				
	Saldo em 01-Jan-2019	Aquisições / Dotações	Abates	Saldo em 31-Dez-2019
<b>Custo</b>				
Programas de computador	9 373,73	1 131,22	0,00	10 504,95
<b>Total (1)</b>	<b>9 373,73</b>	<b>1 131,22</b>	<b>0,00</b>	<b>10 504,95</b>
<b>Amortizações acumuladas</b>				
Programas de computador	7 546,02	2 204,19	0,00	9 750,21
<b>Total (2)</b>	<b>7 546,02</b>	<b>2 204,19</b>	<b>0,00</b>	<b>9 750,21</b>
<b>Total (1)-(2)</b>	<b>1 827,71</b>	<b>-1 072,97</b>	<b>0,00</b>	<b>754,74</b>

## 7. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de Financiamentos Obtidos, detalha-se como segue:

Descrição	2019			2018		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Descobertos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

## 8. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica Inventários apresentava os seguintes valores:

	2019	2018
Mercadorias	2 411,29	0,00
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>2 411,29</b>	<b>0,00</b>

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a rubrica de Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas detalha-se como segue:

	2019	2018
Inventários iniciais	0,00	0,00
Compras	20 946,44	11 968,08
Reclassificação e regularização de inventários	0,00	0,00
Inventários finais	2 411,29	0,00
<b>Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas</b>	<b>18 535,15</b>	<b>11 968,08</b>

## 9. RÉDITO

Para os períodos de 2019 e 2018 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2019	2018
Lares	453 553,68	105 713,46
Cemitério	220 538,53	165 997,25
Museu	204 926,00	129 228,50
<b>Prestação de Serviços</b>	<b>879 018,21</b>	<b>400 939,21</b>

## 10. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES, ATIVOS CONTINGENTES E GARANTIAS

### Passivos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2019, a Ordem do Carmo não tinha processos em curso que possam ser avaliados como passivos contingentes.

Todos os processos em curso, à data da entrada do Plano Especial de Revitalização (PER) encontram-se suspensos dado o cumprimento do PER por parte da Ordem do Carmo.

A Mesa Administrativa não tem conhecimento de qualquer litígio pendente ou potencial ou de qualquer reclamação de natureza fiscal ou outra, com consequências significativas para a Ordem do Carmo.

### Ativos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Ordem do Carmo não tinha processos em curso que possam ser avaliados como ativos contingentes.

### Garantias

Em 31 de dezembro de 2019, não existem quaisquer garantias prestadas.

## 11. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto corrente contabilizado, é como segue:

Descrição	2019	2018
IRC Liquidado	0,00	0,00
Tributação Autónoma	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

A decomposição do montante de imposto do período reconhecido nas Demonstrações Financeiras é conforme segue:

Descrição	2019	2018
Imposto Corrente	0,00	0,00
Imposto Diferido	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Conforme o nº 1, alínea a) do art.10º do Código do IRC, estão isentas as instituições particulares de solidariedade social. Ora, sendo a Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) reconhecida pelo Ministro de Estado e das Finanças, onde se define a respetiva amplitude, de harmonia com os fins prosseguidos e as atividades desenvolvidas para a sua realização, está isenta do pagamento de Imposto sobre os Rendimentos de Pessoas Coletivas (IRC).

## 12. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Ordem do Carmo não efetuou transações em moeda estrangeira, não havendo alterações das taxas de câmbio.

## 13. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os órgãos diretivos da Entidade não auferem qualquer remuneração.

O número médio de empregados da entidade ao longo do ano, e o número no período findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, foi de:

	2019	2018
Número médio de empregados	48	48
Número de empregados no fim do período	49	45

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2019	2018
Remunerações ao Pessoal	582 990,92	526 382,73
Indemnizações	30 000,00	272,86
Encargos sobre as Remunerações	120 683,72	108 453,01
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	7 888,84	9 809,11
Gastos de Acção Social	897,00	851,00
Outros Gastos com o Pessoal	3 667,76	3 189,51
<b>Total</b>	<b>746 128,24</b>	<b>648 958,22</b>

#### 14. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

Informa-se que em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 a Entidade não tem dívidas em mora à Segurança Social nem ao Estado.

#### 15. OUTRAS INFORMAÇÕES

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

##### 15.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2019 e 2018, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2019	2018
<b>Outros Investimentos Financeiros</b>		
Outros Métodos	2 889,11	1 898,24
<b>Total</b>	<b>2 889,11</b>	<b>1 898,24</b>

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o montante evidenciado nesta rúbrica de 2.889,11 euros refere-se às entregas mensais pela entidade empregadora para o Fundo Compensação Trabalho (FCT), mensuradas ao custo.

## 15.2. Clientes e Utentes

Para os períodos de 2019 e 2018 a rubrica Clientes encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
<b>Clientes e Utentes c/c</b>	<b>254 894,13</b>	<b>257 351,74</b>
Clientes	87,50	2 449,55
Utentes	253 681,74	251 252,19
Lares Utentes	1 124,89	3 650,00
<b>Clientes e Utentes cobrança duvidosa</b>	<b>90 773,18</b>	<b>90 773,18</b>
Clientes	90 773,18	90 773,18
<b>Total (1)</b>	<b>345 667,31</b>	<b>348 124,92</b>
<b>Imparidades de Clientes e Utentes c/c</b>	<b>-90 773,18</b>	<b>-90 773,18</b>
Clientes	-90 773,18	-90 773,18
<b>Total (2)</b>	<b>-90 773,18</b>	<b>-90 773,18</b>
<b>Total (1)+(2)</b>	<b>254 894,13</b>	<b>257 351,74</b>

A Mesa Administrativa considera que o saldo da rubrica de Utentes está em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 sobreavaliado por um montante, presentemente, não quantificável, em virtude das penhoras ocorridas sobre os montantes a receber das entidades de saúde, entre as quais ADSE, SAMS Quadros, etc., montantes esses recebidos pelos agentes de execução, os quais até à presente data ainda não apresentaram as devidas contas à Ordem do Carmo.

Após análise final, o montante recebido diretamente pelos agentes de execução será abatido aos valores em dívida a fornecedores e/ou outros credores.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o movimento das imparidades é como segue:

Imparidades	2019	2018
Início período	90 773,18	0,00
Aumentos	0,00	90 773,18
Utilizações	0,00	0,00
Reduções	0,00	0,00
<b>Final do período</b>	<b>90 773,18</b>	<b>90 773,18</b>

A constituição de imparidade em 2018 no valor de 90.773,18 euros refere-se ao Processo ILCN (Instituto Luso-Cubano de Neurologia), presentemente em curso.

### 15.3. Créditos a Receber

A rubrica Créditos a Receber, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, detalha-se como segue:

Descrição	2019	2018
Adiantamentos de fornecedores	6 611,44	6 166,58
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	0,00
Outros Devedores	117 493,47	180 995,98
Perdas por Imparidade (a)	-50 462,00	-50 462,00
<b>Total</b>	<b>73 642,91</b>	<b>136 700,56</b>

- (a) As perdas por imparidade referem-se às rendas de alguns inquilinos, dadas as dificuldades tidas na cobrança dos valores devidos. A Mesa Administrativa está a tentar solucionar estas questões por recurso à via judicial.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o movimento das imparidades é como segue:

Imparidades	2019	2018
Início período	50 462,00	50 462,00
Aumentos	0,00	0,00
Utilizações	0,00	0,00
Reduções	0,00	0,00
<b>Final do período</b>	<b>50 462,00</b>	<b>50 462,00</b>

Relativamente a Outros Devedores, estes para os períodos de 2019 e 2018, são discriminados da seguinte forma:

CRÉDITOS A RECEBER	31/12/2019	31/12/2018
Adiantamentos de fornecedores	42 754,08	6 166,58
Devedores por Contratos de Arrendamento (a)	26 061,95	36 900,00
Outros	4 826,88	93 633,98
<b>Total</b>	<b>73 642,91</b>	<b>136 700,56</b>
<b>Total Créditos a Receber</b>	<b>73 642,91</b>	<b>136 700,56</b>

(a) O saldo de 2018, após a análise e reconciliação de alguns processos judiciais e de algumas contas prestadas por Agentes de Execução, foi possível apurar o verdadeiro valor a receber dos inquilinos.

#### 15.4. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica Diferimentos englobava os seguintes saldos:

Descrição	2019	2018
<b>Gastos a reconhecer:</b>		
Outros	514,02	0,00
<b>Total</b>	<b>514,02</b>	<b>0,00</b>
<b>Rendimentos a reconhecer:</b>		
Rendas	15 467,77	14 717,77
Outros (a)	1 642 361,33	1 714 340,68
<b>Total</b>	<b>1 657 829,10</b>	<b>1 729 058,45</b>

(a) O valor de 1.642.361,33 euros, em 31 de Dezembro de 2019, constante na rubrica "Outros" em Rendimentos a reconhecer refere-se ao perdão previsto no Plano Especial de Revitalização, a reconhecer em anos futuros, à medida que os pagamentos serão efetuados.

#### 15.5. Outros ativos correntes

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o montante evidenciado nesta rubrica de 5.017,85 refere-se aos ativos financeiros (ações) detidos nos bancos BPI e BCP, valorizados ao custo.

## 15.6. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de Caixa e Depósitos Bancários, a 31 de dezembro de 2019 e 2018, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2019	2018
Caixa	4 679,62	13 103,63
Depósitos à ordem	186 478,31	93 279,64
Depósitos a prazo	103 383,50	353 383,50
<b>Total</b>	<b>294 541,43</b>	<b>459 766,77</b>

## 15.7. Fundos Patrimoniais

Nos Fundos Patrimoniais ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2019	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2019
Fundos	719 946,63	0,00	0,00	719 946,63
Reservas	243 502,52	0,00	0,00	243 502,52
Resultados transitados	-9 274 743,44	50 921,55	-585 408,70	-9 809 230,60
Excedentes de revalorização	13 448 481,83	0,00	-50 921,55	13 397 560,28
Outras variações nos fundos patrimoniais	818 446,63	0,00	0,00	818 446,63
Resultado líquido do período	-585 408,70	585 408,70	-253 878,61	-253 878,61
<b>Total</b>	<b>5 370 225,46</b>	<b>636 330,25</b>	<b>-890 208,86</b>	<b>5 116 346,85</b>

## Aplicação de Resultados

A Assembleia Geral Anual, relativa à aprovação de contas do exercício de 2018 deliberou que o Resultado Líquido Negativo do Exercício de 2018, de 585.408,70 euros (Quinhentos e Oitenta e Cinco Mil Quatrocentos e Oito Euros e Setenta Cêntimos) fosse transferido na sua totalidade para a rubrica de Resultados Transitados.

### Excedentes de Revalorização

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de Excedentes de Revalorização, detalha-se como segue:

	Saldo 31-12-2018	Depreciações exercício 2019	Alienações	Saldo 31-12-2019
Terrenos e Recursos Naturais	1 069 992,85	0,00	0,00	1 069 992,85
Edifícios e Outras Construções	12 378 488,97	-50 921,55	0,00	12 327 567,42
<b>Excedentes Revalorização AFT e Propriedades Investimento</b>	<b>13 448 481,82</b>	<b>-50 921,55</b>	<b>0,00</b>	<b>13 397 560,27</b>
<b>Valor Reavaliações Efetuadas</b>	<b>16 313 260,87</b>	<b>-50 921,55</b>	<b>0,00</b>	<b>16 262 339,32</b>

### Outras Variações nos Fundos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de Outras Variações no Fundo Patrimonial, refere-se a Doações, como segue:

Doações	2019	2018
Dolores Ferreira Tavares	352 445,98	352 445,98
Maria Raquel Cupertino Miranda	271 860,89	271 860,89
Maria Alzira Dias Gonçalves	51 886,69	51 886,69
Legado	41 481,61	41 481,61
Artur Gualberto Rodrigues	30 460,60	30 460,60
Outros	70 310,86	70 310,86
<b>Total</b>	<b>818 446,63</b>	<b>818 446,63</b>

### 15.8. Provisões

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de Provisões, detalha-se como segue:

Descrição	2018	Aumentos	Reversão	2019
Processos judiciais em curso	30 000,00	0,00	30 000,00	0,00
<b>Total</b>	<b>30 000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>30 000,00</b>	<b>0,00</b>

### 15.9. Fornecedores

O saldo da rubrica de Fornecedores é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2019		2018	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Fornecedores c/c	206 062,67	587 752,27	179 633,35	645 421,94
<b>Total</b>	<b>206 062,67</b>	<b>587 752,27</b>	<b>179 633,35</b>	<b>645 421,94</b>

### 15.10. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de Estado e outros Entes Públicos está dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Rendimento	119,77	119,77
Retenção Imposto sobre Rendimento	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	4 373,46	34 944,50
Segurança Social	492,50	492,50
<b>Total</b>	<b>4 985,73</b>	<b>35 556,77</b>
<b>Passivo</b>		
Retenção Imposto sobre Rendimento	7 598,16	4 925,89
Segurança Social	23 393,12	11 807,60
Outros Impostos e Taxas	100,51	66,36
<b>Total</b>	<b>31 091,79</b>	<b>16 799,85</b>

Informa-se que em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Entidade não tem dívidas em mora à Segurança Social nem ao Estado.

### 15.11. Outros Passivos Correntes

A rubrica Outros Passivos Correntes desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2019		2018	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Adiantamentos de clientes	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal	62 515,76	0,00	89 885,03	0,00
Complementos de Reforma	101 494,01	0,00	101 494,01	0,00
Credores por acréscimos de gastos				
Remunerações a pagar	102 590,08	0,00	90 153,32	0,00
Outras operações	31 230,14	0,00	30 300,50	0,00
Fornecedores de Investimentos	4 202,23	8 404,47	3 361,79	9 244,91
Adiantamentos por conta de vendas	350 000,00	0,00	350 000,00	0,00
Cauções contratos arrendamento/ERPI	47 520,00	0,00	21 400,00	0,00
Outros credores	260 293,80	739 985,66	213 378,90	806 738,79
<b>Total</b>	<b>959 846,02</b>	<b>748 390,13</b>	<b>899 973,55</b>	<b>815 983,70</b>

### 15.12. Subsídios, Doações e Legados à Exploração

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a rubrica Subsídios, Doações e Legados à exploração apresentava os seguintes valores:

Descrição	2019	2018
<b>Doações e Heranças</b>		
Donativos	2 982,40	2 860,00
Esmolas Igreja	48 915,20	98 025,54
<b>Subsídios do Estado - Segurança Social</b>		
Lay-off	0,00	2 539,43
Reembolsos Funeral	1 290,00	1 286,70
<b>Total</b>	<b>53 187,60</b>	<b>104 711,67</b>

### 15.13. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 detalha-se como segue:

Descrição	2019	2018
Subcontratos	159 953,16	117 068,61
Honorários	114 146,51	115 782,84
Trabalhos Especializados	99 154,66	84 966,57
Eletricidade	29 379,50	46 963,30
Conservação e reparação	20 593,09	19 764,23
Comissões	0,00	16 251,00
Publicidade e Propaganda	14 746,15	14 945,86
Água	15 474,13	14 042,48
Encargos Saúde Utentes	14 223,65	11 694,93
Comunicação	10 934,94	10 529,28
Material de Escritório	6 368,42	8 520,51
Limpeza, higiene e conforto	8 218,93	6 928,63
Rendas e alugueres	3 939,88	5 196,88
Seguros	4 109,49	3 908,00
Combustíveis/Gás	14 322,69	2 584,66
Contencioso e Notariado	1 948,53	1 898,31
Deslocações e Estadas/Transportes	4 140,80	603,11
Outros	31 457,90	22 424,20
<b>Total</b>	<b>553 112,43</b>	<b>504 073,40</b>

### 15.14. Outros rendimentos

A rubrica de Outros rendimentos encontra-se em 2019 e 2018 dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
<b>Rendas e Outros rendimentos em Investimentos Não Financeiros</b>		
Alienações de imóveis - Mais-valias	0,00	254 821,44
Arrendamento de imóveis	248 466,74	177 397,74
Outros Rendimentos	0,00	13 832,35
<b>Outros rendimentos e ganhos</b>		
Correções relativas a períodos anteriores	7 254,30	0,00
Perdão PER	71 979,35	71 800,25
Restituição de Impostos	8 238,93	16 113,41
Outros	10,93	6,30
Juros de depósitos a prazo	127,08	999,04
<b>Total</b>	<b>336 077,33</b>	<b>534 970,53</b>

### 15.15. Outros gastos

A rubrica de Outros gastos encontra-se em 2019 e 2018 dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
<b>Impostos</b>	8 961,71	6 881,69
<b>Gastos e perdas investimentos não financeiros</b>		
Alienações de imóveis - Menos-valias	0,00	0,00
Abate	0,00	0,00
Outros Gastos	0,00	0,00
<b>Outros Gastos e Perdas</b>		
Correções relativas a períodos anteriores	28 958,53	143 376,17
Multas e Penalidades	715,47	1 857,00
Outros	5 807,17	1 340,96
<b>Total</b>	<b>44 442,88</b>	<b>153 455,82</b>

### 15.16. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2019 e 2018 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2019	2018
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

## 16. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2019 foram aprovadas pela Mesas Administrativa em 20 de abril de 2020.

## 17. EVENTOS SUBSEQUENTES

As previsões da Ordem do Carmo para o desenvolvimento da sua atividade económica no ano de 2020 sofreram uma alteração significativa e imprevista no início do ano, sendo expectável uma redução preocupante do seu volume de negócios em resultado do surgimento da pandemia causada pelo vírus Covid-19 que começou a atingir Portugal no final do 1º trimestre de 2020 e que levou à declaração por parte do governo do Estado de Emergência Pública. Como consequência foi determinado o fecho das fronteiras, com interrupção súbita do turismo e o encerramento do comércio de bens não essenciais bem como o confinamento da população portuguesa em suas residências sendo apenas permitida deslocação para compras de bens essenciais ou devidamente justificadas.

Esta situação provocou um impacto profundo na economia do país a que a Ordem do Carmo não ficou imune, acarretando uma forte quebra nas suas receitas, sobretudo em duas das suas principais áreas de negócio, o Circuito Turístico e o Arrendamento de Imóveis, em particular as suas lojas comerciais que estiveram encerradas durante um longo período de tempo.

Receamos que esta quebra da atividade económica da Ordem do Carmo só iniciará a sua recuperação depois do Verão e estará muito dependente do regresso do turismo à cidade e da retoma económica do país.

Não são conhecidos outros eventos subsequentes que requeiram ajustamentos e ou divulgações nas demonstrações financeiras. Contudo, acreditamos que não está posto em causa o princípio da continuidade operacional.

18. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Mesa Administrativa propõe que o resultado líquido negativo de 253.878,61 euros (Duzentos e Cinquenta e Três Mil e Oitocentos e Setenta e Oito Euros e Sessenta e Um Cêntimos) seja transferido na sua totalidade para a rubrica de Resultados Transitados.

Porto, 20 de abril de 2020

O Responsável pela Contabilidade

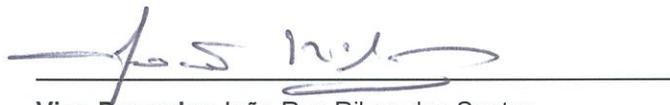


Dra. Ana Isabel Prista

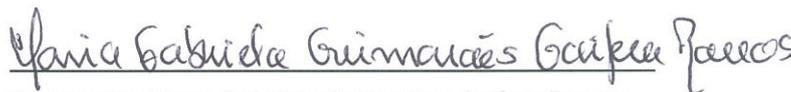
A Mesa Administrativa



Provedor Rui Manuel Teixeira de Oliveira Barbosa



Vice-Provedor João Ruy Ribas dos Santos



Tesoureiro Maria Gabriela Guimarães Gaifem Ramos



1.º Secretário Vasco António Vasconcelos Peixoto  
Taveira

2.º Secretário Francisco Bernardo Almada Lobo